

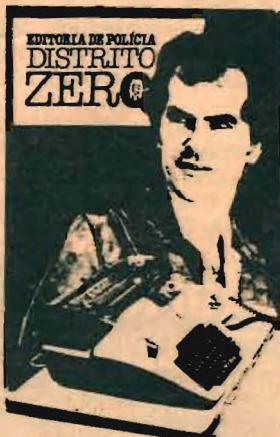
Relator nega juntada de acusações a Rieth

O desembargador Lúcio Arantes — relator do processo sobre o assassinato do repórter Mário Eugênio, morto com sete tiros na cabeça no dia 11 de novembro de 84, quando deixava o prédio da Rádio Planalto — indeferiu o requerimento solicitando a juntada de três depoimentos prestados na Justiça Militar, que incriminavam o coronel Lauro Rieth na operação para matar o jornalista. Os documentos foram encaminhados ao Tribunal de Justiça pela procuradora Nadir Bispo Faria, da Justiça Militar.

Em seu despacho, o desembargador justifica que indeferiu a juntada porque, além da procuradora não ser parte do processo, "ainda se trata de documentos que foram colhidos perante autoridade incompetente, sem observância do princípio do contraditório, instituído pela nossa Carta Magna".

Lúcio Arantes ressalta que o próprio Código de Processo Penal, em seu artigo 406, diz que terminada a inquirição das testemunhas, apresentando as partes suas alegações, "nenhum documento se juntará nessa fase do processo".

Para reforçar ainda mais sua decisão, o desembargador



MÁRIO EUGÊNIO

gador citou uma posição semelhante adotada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, não admitindo que peças de um processo penal possam substituir atos de outro feito, principalmente, quando constituem a própria instrução.

Ainda em seu despacho, Lúcio Arantes destaca que a juntada dos depoimentos ensejaria a reabertura da instrução do processo, sob pena de a defesa sair prejudicada pela prova unilateral. "Por isso, determino o desentranhamento dos documentos e sua devolução à Dr^a Procuradora da Justiça Militar, com as cautelas

devidas", finaliza o relator do processo.

POLÊMICA

A juntada dos depoimentos prestados à procuradora Nadir Bispo, da Justiça Militar, pelo sargento Antônio Nazareno, o cabo Aurelino Silvino de Oliveira e o ex-cabo David Antônio do Couto, sempre geraram polêmica. Os três — que também são acusados no assassinato de Mário Eugênio — revelaram, dentre outras coisas, que o coronel Lauro Melchiasdes Rieth, ex-secretário de Segurança Pública, se dispôs a fornecer homens e viaturas para o sucesso da chamada "Operação Leite". Acusaram ainda o delegado Ary Sardella, na época coordenador da Polícia Especializada, de articular o plano dentro da Secretaria de Segurança e o major Itamar Barcellos de executar a mesma tarefa do lado militar.

A tese do sargento Nazareno e de seus dois comparsas é de que a execução de Mário Eugênio foi preparada na cúpula da Secretaria de Segurança Pública. Eles tentam fazer crer que participavam de uma missão para deter o jornalista, enquanto os policiais civis, especialmente Divino 45, tinham ordem para matar o repórter.

CS 2005.16.0.21